

Matrinchã
Transmissora
de Energia
(TP Norte) S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de dezembro
de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e acionistas da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas como valores correspondentes, foram auditadas por outros auditores, que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias em 18 de julho de 2016.

Demonstrações financeiras societárias

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 8 de março de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Nogueira de Andrade', written over the printed name.

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	9	118.196	48.686
Títulos e valores mobiliários	11	-	6.991
Contas a receber de clientes	10	17.999	7.385
Impostos a recuperar		1.317	4.320
Outros ativos circulantes		5.222	842
Total do ativo circulante		142.734	68.224
Títulos e valores mobiliários	11	48.755	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	60.756	43.320
Imobilizado	13	2.069.214	1.927.733
Intangível	14	36.397	35.201
Total do ativo não circulante		2.215.122	2.006.254
Total do ativo		2.357.856	2.074.478
Passivo circulante			
Fornecedores	15	12.441	16.841
Empréstimos e financiamentos	16	52.625	47.642
Salários e encargos		396	292
Impostos e contribuições sociais		5.942	15.307
Dividendos propostos		47.374	27.061
Outros passivos circulantes		2.108	6.917
Total do passivo circulante		120.886	114.060
Empréstimos e financiamentos	16	562.170	611.101
Debêntures	17	185.539	-
Total do passivo não circulante		747.709	611.101
Capital social	19.a	1.508.073	1.275.879
Reserva legal		6.961	2.684
Lucros retidos		40.495	40.495
Dividendos adicionais propostos		60.940	-
Prejuízos acumulados		(127.208)	(64.497)
Patrimônio líquido		1.489.261	1.254.561
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		-	94.756
Total do patrimônio líquido		1.489.261	1.349.317
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.357.856	2.074.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receita operacional bruta		97.047	14.369
Receita de operações com transmissão de energia		97.047	14.369
Deduções da receita operacional		(10.930)	(1.503)
Quota para reserva global de reversão (RGR)		(646)	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(151)	-
Pesquisa e desenvolvimento		(887)	(134)
PIS		(1.649)	(244)
COFINS		(7.597)	(1.125)
Receita operacional líquida	20	86.117	12.866
Gastos operacionais			
Indisponibilidade de equipamentos		(8.455)	-
Perdas pelo valor de indenização		(23)	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		(15.543)	(42)
Lucro bruto		62.096	12.824
Pessoal	21	(2.857)	(2.532)
Serviços de terceiros		(4.940)	(3.225)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa		(3.620)	(32.423)
Depreciação		(40.327)	-
Outros		(1.219)	(648)
Total de despesas		(52.963)	(38.828)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		9.133	(26.004)
Receitas financeiras	22	350	3.186
Despesas financeiras	22	(4.101)	(1.861)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.382	(24.679)
Imposto de renda e contribuição social diferido		17.439	24.409
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		22.821	(270)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (Prejuízo) do exercício	22.821	(270)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>22.821</u>	<u>(270)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros		Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos	AFAC	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal					
Saldo em 31 de dezembro de 2014 - reapresentado	851.608	474	9.006	-	-	(20.032)	841.056
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	519.027	-	519.027
Integralização de capital com AFAC	424.271	-	-	-	(424.271)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(270)	(270)
Reserva legal	-	2.210	-	-	-	(2.210)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.496)	(10.496)
Constituição de reserva de lucros retidos	-	-	31.489	-	-	(31.489)	-
Saldos em 31 dezembro de 2015	1.275.879	2.684	40.495	-	94.756	(64.497)	1.349.317
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	137.438	-	137.438
Integralização de capital com AFAC	232.194	-	-	-	(232.194)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	22.821	22.821
Reserva legal societária	-	4.277	-	-	-	(4.277)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	60.940	-	(60.940)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(20.315)	(20.315)
Saldos em 31 dezembro de 2016	1.508.073	6.961	40.495	60.940	-	(127.208)	1.489.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.382	(24.679)
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Rendas sobre ativo financeiro	-	-
Amortização do ativo financeiro	-	-
Depreciação administrativa	39	85
Depreciação	40.237	-
Juros de empréstimos	55.938	48.369
Juros sobre debêntures	5.539	-
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(10.614)	(7.385)
Créditos a receber	(4.010)	(99.891)
Impostos a recuperar	3.003	(1.766)
Despesas pagas antecipadamente	(411)	(142)
Depósitos judiciais	(2)	4.176
Créditos a receber	-	-
Outros ativos circulantes	41	(129)
Fornecedores	(4.400)	5.573
Impostos e contribuições sociais	(9.365)	7.348
Retenções Contratuais	(248)	(1.176)
Salários e encargos	104	82
Provisão para Servidão	-	-
Provisão de P&D	636	116
Outros passivos circulantes	(5.198)	6.265
Caixa gerado pelas (utilizado nas) nas atividades operacionais	76.761	(63.154)
Pagamento de juros de empréstimos	(48.253)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	28.508	(63.154)
Titulos e valores mobiliários	(41.764)	(6.991)
Aquisição de imobilizado	(181.779)	(531.048)
Intangível	(1.182)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(224.725)	(538.039)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	(51.633)	57.103
Baixa de debêntures	-	-
Recursos provenientes de debentures	180.000	-
Integralização de capital	137.438	424.271
Aumento de AFAC	-	94.756
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	265.805	576.130
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	69.510	(25.063)
Início do Exercício	48.686	73.749
Final do Exercício	118.196	48.686
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	69.510	(25.063)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

1.1 Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 quilômetros de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na UHE de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop.

A expectativa da Empresa é de receber a integralidade da receita referente ao Contrato de Concessão ANEEL 012/2012 em Maio de 2017. Em 31/12/2016 o recebimento bruto da RAP, considerando os reajustes aplicáveis no referido Contrato, é de R\$ 142.632.942, o que representa 83% da RAP possível referente ao ciclo 2016/2017. Deste total, foi recebida em Dezembro/16 a parcela referente a um doze avo, ou seja, o total para um mês de operação.

Já para a REA 5050/2015, referente ao Ramal Sinop, a Empresa já recebe a integralidade da RAP.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

1.3 Licenciamento ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de Julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de Julho de 2019. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 14 de junho de 2017.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretações podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente.

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

7 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.6 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.7 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.8.1 *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.8.2 *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.9 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.10 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

7.10.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.10.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.10.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. As aplicações dessas normas não tiveram impactos relevantes nos montantes divulgados no exercício atual ou no anterior.

Novas normas revisadas e já emitidas, mas não efetivas, não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia.

- **Alterações ao IAS 7** - Iniciativa de divulgação (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2017)
- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos conta movimento	8.324	804
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	103.150	100
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	1.502	47.750
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	10	32
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	5.210	-
Total	118.196	48.686

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDB foram remuneradas à taxa média de 98% do CDI.

10 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes no valor de R\$17.999 (R\$ 7.385 em 31 de dezembro de 2015), refere-se basicamente aos vencimentos dos clientes que se dará em Janeiro de 2017.

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

	31/12/2016	31/12/2015
Á vencer	17.747	7.314
Vencidos até 60 dias	200	71
Vencidos de 60 a 90 dias	52	-
	17.999	7.385

11 Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica representa o valor acumulado na conta reserva apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido	45.438	31.840
Contribuição social diferida	15.318	11.480
	<u>60.756</u>	<u>43.320</u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	13.042	18.255
Contribuição social diferido sobre base negativa	4.397	6.154
Imposto líquido no resultado	<u>17.439</u>	<u>24.409</u>

13 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências	Vlor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Imobilizado em Serviço										
Administração										
Máquinas e Equipamentos	72	4	(1)	-	(8)	67	(3)	(13)	54	54
Veículos	164	-	-	-	-	164	-	(32)	132	114
Móveis e utensílios	71	-	-	-	(71)	-	(71)	-	-	65
Subtotal	307	4	(1)	-	(79)	231	(74)	(45)	186	233
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	2.052.226	2.052.226	2.052.226	(39.587)	2.012.639	-
Edificações e obras civis	-	-	-	-	37.128	37.128	37.128	(732)	36.396	-
Terrenos	-	-	-	-	841	841	841	-	841	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	233	233	233	(8)	225	-
Subtotal	-	-	-	-	2.090.428	2.090.428	2.090.428	(40.327)	2.050.101	-
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	902.923	17.999	(38.603)	1.170.003	(2.052.226)	96	(1.995.624)	-	96	902.923
Edificações e obras civis	799.065	122.255	(5.299)	(875.164)	(37.128)	3.729	90.426	-	3.729	799.065
Terrenos	500	-	-	-	(500)	-	(500)	-	-	500
A Ratear	167.277	124.159	(15.641)	(275.297)	-	498	(135.497)	-	498	167.277
Desenvolvimento de Projetos	9.748	994	(173)	(10.555)	-	14	(9.388)	-	14	9.748
Adiantamentos a Fornecedores	47.945	20.534	(44.473)	(9.489)	-	14.517	55.518	-	14.517	47.945
Outros	42	207	(183)	502	(495)	73	(105)	-	73	42
Subtotal	1.927.500	286.148	(104.372)	-	(2.090.349)	18.927	(1.995.170)	-	18.927	1.927.500
Total do Ativo Imobilizado	1.927.807	286.152	(104.373)	-	-	2.109.586	95.184	(40.372)	2.069.214	1.927.733

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de Dezembro de 2016*

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Imobilizado em Serviço								
Administração								
Máquinas e Equipamentos	28	43	-	72	43	(18)	54	28
Veículos	164	-	-	164	-	(50)	114	164
Móveis e utensílios	-	71	-	71	71	(5)	65	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	192	114	-	306	114	(73)	233	192
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	679.788	223.135	-	902.923	223.135	-	902.923	679.788
Edificações e obras civis	351.028	198.474	249.563	799.065	448.037	-	799.065	351.028
Terrenos	500	-	-	500	-	-	500	500
A Ratear	93.975	63.308	-	157.283	63.308	-	157.283	93.975
Desenvolvimento de Projetos	6.281	9.748	(6.281)	9.748	3.467	-	9.748	6.281
Adiantamentos a Fornecedores	180.501	110.726	(243.282)	47.945	(132.556)	-	47.945	180.501
Outros	392	9.644	-	10.036	9.644	-	10.036	392
Subtotal	1.312.464	615.035	-	1.927.500	615.035	-	1.927.500	1.312.464
Total do Ativo Imobilizado	1.312.657	615.149	-	1.927.806	615.149	(73)	1.927.733	1.312.657

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão		2.090.428	(40.327)	2.050.101	-
Custo Histórico	4%	2.090.428	(40.327)	2.050.101	-
Administração		231	(45)	186	233
Custo Histórico	10%	231	(45)	186	233
Total em serviço		2.090.659	(40.372)	2.050.287	233
Em Curso					
Transmissão		18.927	-	18.927	1.927.500
Custo Histórico		18.927	-	18.927	1.927.500
Total do imobilizado		2.109.586	(40.372)	2.069.214	1.927.733

Adições de Imobilizado em curso

Adições do Imobilizado em Curso - MRS	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	17.999	-	-	-	-	17.999
Móveis e Utensílios	207	-	-	-	-	207
A Ratear	1.397	6.532	2.570	94.643	19.017	124.159
Desenvolvimento de Projetos	-	994	-	-	-	994
Edificações e obras civis	87.791	34.464	-	-	-	122.255
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	20.534	20.534
Total das Adições	107.394	41.990	2.570	94.643	39.551	286.148

Principais taxas de depreciação por macro atividade.

	Depreciação Taxa média anual
Imobilizado + Intangível em Serviço	6,26%
Imobilizado em Serviço	
Imobilizado - Transmissão	
<i>Rede Básica</i>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7,89%
Máquinas e Equipamentos	6,29%
Móveis e Utensílios	13,07%
Imobilizado - Administração	
<i>Administração Central</i>	
Máquinas e Equipamentos	33,34%
Veículos	28,58%
Móveis e Utensílios	12,50%
Intangível Em Serviço	
Intangível - Transmissão	
<i>Rede Básica</i>	
Intangíveis - Servidões	2,46%
Intangível - Administração	
<i>Administração Central</i>	
Intangíveis - Softwares	40,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidões	-	-	-	30.601	30.601	30.601	30.601	-
Subtotal	-	-	-	30.601	30.601	30.601	30.601	-
Administração								
Software		148	-	-	148	148	148	
Subtotal	-	148	-	-	148	148	148	-
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	35.201	2.262	1.214	(30.601)	5.648	(29.553)	5.648	35.201
Subtotal	35.201	2.262	1.214	(30.601)	5.648	(29.553)	5.648	35.201
Total do Ativo Intangível	35.201	2.410	1.214	-	36.397	1.196	36.397	35.201

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições	Baixas	Vlor Bruto em 31/12/2015	Adições líquidas	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço							
Administração							
Software	12	-	-	12	-	12	12
Subtotal	12	-	-	12	-	12	12
Ativo intangível em curso							
Transmissão							
Servidões	19.414	15.790	-	35.203	15.790	35.203	19.414
Subtotal	19.414	15.790	-	35.203	15.790	35.203	19.414
Total do Ativo Intangível	19.426	15.790	-	35.215	15.790	35.215	19.426

15 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Itumbiara transmissora de energia S.A.	771	-
China Epri Science & Tecnology CO.	3.859	9.720
Nari Group Coporation	949	-
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.823	2.823
Outros	1.049	1.308
	12.441	16.841

16 Empréstimos e financiamentos

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440.000 (Seiscentos e noventa e um milhões, quatrocentos e quarenta mil reais). Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito 'A'** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029; Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 598.573. O restante está previsto para ser desembolsado em 2017.

- **Subcrédito ‘B’** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023; Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133. O restante está previsto para ser desembolsado em 2017.
- **Subcrédito ‘C’** - R\$ 3.440, com Taxa de Juros de Longo Prazo, TJLP, limitada à 6% a.a. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir da do desembolso deste subcrédito, que está previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2017.
- Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Abertura do Endividamento - R\$

	Principal	Principal +	Saldo	Data	Tipo de	Indexad	Spread	Data	Frequência	Vencimento	Frequência					
INS TITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Curto Prazo	Juros LP	Total	Captação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Serviço da dívida	Serviço da dívida	Final	de Amortiz.	2017	2018	2019	2020+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																
BNDES - SUBCRÉDITO A	45.601	520.616	566.217	27/12/2013	corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	1,97%	15/01/2017	Mensal	15/05/2029	Mensal	48.189	46.548	46.548	987.756	1.129.041
BNDES - SUBCRÉDITO B	7.024	41.554	48.578	27/12/2013	corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	JUROS	3,50%	15/01/2017	Mensal	15/05/2023	Mensal	4.436	4.286	4.286	556.186	569.194
Total por Dívida																
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	52.625	562.170	614.795									52.625	50.834	50.834	1.543.942	1.698.235

Abertura dos Ativos Financeiros - R\$

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Renda	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Cronograma de Amortização				
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	2017	2018	2019	2020+	Total
9	Ativos Financeiros	3.849	114.347	48.755	166.951			-	-	-	-	-
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	3.849	114.347	48.755	166.951			-	-	-	-	-
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	8.324	-	8.324			8.324	-	-	-	8.324
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	3.849	106.023	-	109.872	CDI	98,00%	109.872	-	-	-	109.872
9.1.3	Aplicação Financeira Fundos DI	-	-	-	-			-	-	-	-	-
9.1.4	Aplicação Financeira Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-			-	-	-	-	-
9.1.5	Aplicação Financeira Conta Reserva	-	-	48.755	48.755			48.755	-	-	-	48.755
9.1.6	Aplicação Financeira ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-			-	-	-	-	-

Demonstração do Endividamento e da Dívida Líquida - R\$

RESUMO	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2016	2015
Dívida Bruta	-	(52.625)	(747.709)	(800.334)	658.743
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	(52.625)	(747.709)	(800.334)	658.743
Ativos Financeiros	3.849	114.347	-	118.196	48.686
Alta Liquidez	3.849	114.347	-	114.347	48.686
Dívida Líquida	3.849	61.722	(747.709)	(682.138)	(610.057)

Covenants Contratuais

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2, uma vez que foram emitidas debêntures em Maio de 2016, calculado a partir do EBITDA dividido pelo Serviço da Dívida. Para o exercício de 2016 o ICSD não atingiu o especificado, uma vez que o projeto ainda encontrava-se em fase de construção, portanto sem a RAP integral. Assim, a Matrinchã solicitou ao BNDES anuência para cumprimento deste Covenants. Adicionalmente, a Companhia deve manter o Índice de Capitalização Própria (ICP) de no mínimo 30%, alcançado em 2016 em 63,19%.

17 Debêntures

Durante o ano a Companhia emitiu debêntures no valor total de R\$ 180.000 com as seguintes características:

Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)

Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12

Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)

Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão

Datas de emissão: 15/05/2016

Data de vencimento: 15/06/2029

Quantidades de debêntures emitidas: 180.000

Tipo de Remuneração: IPCA

Taxa de Juros/Spread: 7,5826%a.a.

Garantias compartilhadas com o BNDES

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação	Tipo de Garantia	Índexad or ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Serviço da dívida	Frequência Serviço da dívida	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
												2017	2018	2019	2020+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																
Linha 02																
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																
DEBÊNTURES	0	185.539	185.539	15/05/2016	compatilha.com BNDES	PCIA	7,5826%	-		15/06/2029					185.539	
Total por Dívida																
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	185.539	185.539												185.539	

18 Contingências

A Companhia realizou o pagamento no valor de R\$32.423 no exercício de 2015, referente a adiantamentos à Mavi Engenharia e Construções Ltda. (“Mavi”), conforme contrato de Construção firmado. Ocorre que a Mavi não executou o escopo contratado, tendo abandonado a obra alegando desequilíbrio econômico financeiro. Em 2016, a Mavi instaurou procedimento arbitral, por meio da qual pleiteia o valor aproximado de R\$ 113 milhões, que supostamente seriam necessários para o reequilíbrio contratual. A Companhia realizou estudos técnicos e financeiros, a fim de identificar o correto valor devido ou a receber em função do que foi pago X efetivamente executado pela Mavi e, nesse sentido, apresentou pedido reconvenicional de R\$ 43 milhões.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.508.073 (R\$1.275.879 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 1.508.073.000 (1.275.279 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Número de ações e milhares de reais 2016				
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	51	R\$ 769.117	51
Copel Geração e Transmissão S.A.	738.956	49	R\$ 738.956	49
	<u>1.508.073</u>	<u>100</u>	<u>R\$ 1.508.073</u>	<u>100</u>
Número de ações e milhares de reais 2015				
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
State Grid Brazil Holding S.A.	650.698	51	R\$ 650.698	51
Copel Geração e Transmissão S.A.	625.180	49	R\$ 625.180	49
	<u>1.275.878</u>	<u>100</u>	<u>R\$ 1.275.878</u>	<u>100</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	85.531
Reserva legal (5%)	4.277
Base de cálculo para os dividendos	81.253
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	20.314
Dividendos adicionais propostos	60.940

d. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Durante o exercício de 2016 a Companhia recebeu adiantamentos para futura integralização do Capital conforme demonstrado abaixo:

Saldos em 31 dezembro de 2015	94.756
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 03 de fevereiro de 2016	11.238
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 05 de fevereiro de 2016	10.798
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 26 de fevereiro de 2016	11.319
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 29 de fevereiro de 2016	4.851
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 09 de março de 2016	21.625
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 28 de março de 2016	4.607
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 11 de abril de 2016	10.290
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 15 de abril de 2016	9.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 18 de abril de 2016	10.710
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 20 de abril de 2016	11.580
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 25 de abril de 2016	21.420
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	10.000
Integralização de capital com AFAC	(232.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-

20 Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para os períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta		
Receita de operações com transmissão de energia	97.047	14.369
TOTAL	<u>97.047</u>	<u>14.369</u>
Quota para reserva global de reversão (RGR)	(646)	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica-TFEE	(151)	
Pesquisa e desenvolvimento	(887)	(134)
PIS	(1.649)	(244)
COFINS	<u>(7.597)</u>	<u>(1.125)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>86.117</u></u>	<u><u>12.866</u></u>

21 Pessoal

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração	893	737
Encargos sobre a folha de pagamento	673	568
13o salario	67	54
Férias	94	112
Gratificação	89	126
Despesas rescisórias	26	19
Benefícios a empregados	273	280
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	<u>742</u>	<u>636</u>
Total	<u><u>2.857</u></u>	<u><u>2.532</u></u>

22 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Variações monetárias ativas	611	3.279
Outras receitas financeiras	173	-
PIS	(62)	(13)
COFINS	(381)	(80)
Receitas de aplicações financeiras	<u>9</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	<u><u>350</u></u>	<u><u>3.186</u></u>
Variações monetárias passivas	(20)	-
Juros e multas	(3.220)	(1.398)
Outras despesas financeiras	<u>(861)</u>	<u>(463)</u>
Despesas financeiras	<u><u>(4.101)</u></u>	<u><u>(1.861)</u></u>

23 Conciliação Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a SPE seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a SPE seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as práticas societárias.

ATIVO	Notas	31/12/2016			31/12/2015		
		Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa		118.196	-	118.196	48.686	-	48.686
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	6.991	-	6.991
Contas a receber de clientes		17.999	-	17.999	7.385	-	7.385
Impostos a recuperar		1.317	-	1.317	4.320	-	4.320
Ativo financeiro		130.451	(130.451)	-	99.892	(99.892)	-
Outros ativos circulantes		5.222	-	5.222	842	-	842
Total do ativo circulante		273.185	(130.451)	142.734	168.116	(99.892)	68.224
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários		48.755	-	48.755	-	-	-
Ativo financeiro indenizável		2.261.056	(2.261.056)	-	2.029.087	(2.029.087)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	60.756	60.756	-	43.320	43.320
Imobilizado líquido	13	107	2.069.107	2.069.214	233	1.927.500	1.927.733
Intangível	14	15	36.382	36.397	-	35.201	35.201
Total do ativo não circulante		2.309.933	(94.811)	2.215.122	2.029.320	(23.066)	2.006.254
TOTAL DO ATIVO		2.583.118	(225.262)	2.357.856	2.197.436	(122.958)	2.074.478
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		12.441	-	12.441	16.841	-	16.841
Empréstimos e financiamentos		52.625	-	52.625	47.642	-	47.642
Salários e encargos		396	-	396	292	-	292
Impostos e contribuições sociais		5.942	-	5.942	15.307	-	15.307
Dividendos propostos		47.374	-	47.374	27.061	-	27.061
Outros passivos circulantes		2.108	-	2.108	6.917	-	6.917
Total do passivo circulante		120.886	-	120.886	114.060	-	114.060
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		562.170	-	562.170	611.101	-	611.101
Debêntures		185.539	-	185.539	-	-	-
Impostos diferidos	12	98.054	(98.054)	-	58.461	(58.461)	-
Total do passivo não circulante		845.763	(98.054)	747.709	669.562	(58.461)	611.101
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		1.508.073	-	1.508.073	1.275.879	-	1.275.879
Reserva legal		6.961	-	6.961	2.684	-	2.684
Lucros retidos		40.495	-	40.495	40.495	-	40.495
Dividendos adicionais propostos		60.940	-	60.940	-	-	-
Prejuízos acumulados		-	(127.208)	(127.208)	-	(64.497)	(64.497)
Total		1.616.469	(127.208)	1.489.261	1.319.058	(64.497)	1.254.561
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		-	-	-	94.756	-	94.756
Total do patrimônio líquido		1.616.469	(127.208)	1.489.261	1.413.814	(64.497)	1.349.317
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.583.118	(225.262)	2.357.856	2.197.436	(122.958)	2.074.478

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.**
Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de Dezembro de 2016

	Notas	31/12/2016			31/12/2015		
		Societário	Ajustes ICPC 01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC 01	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Receita de Operações com Transmissão de Energia		-	97.046	97.046	-	14.369	14.369
Receita de Construção		126.293	(126.293)	-	586.256	(586.256)	-
Remuneração dos ativos de concessão		208.559	(208.559)	-	138.826	(138.826)	-
Receita de operação e manutenção		35.081	(35.081)	-	11.754	(11.754)	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(887)	-	(887)	(134)	-	(134)
Quota para reserva global de reversão (RGR)		(646)	-	(646)	-	-	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(151)	-	(151)	-	-	-
PIS		(1.648)	-	(1.648)	(244)	-	(244)
Cofins		(7.597)	-	(7.597)	(1.125)	-	(1.125)
Receita operacional líquida	17	359.004	(272.887)	86.117	735.333	(722.467)	12.866
Custo de Construção		(126.293)	126.293	-	(586.256)	586.256	-
Indisponibilidade de equipamentos		(8.455)	-	(8.455)	-	-	-
Perdas pelo valor de indenização		(23)	-	(23)	-	-	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		(15.543)	-	(15.543)	(42)	-	(42)
LUCRO BRUTO		208.690	(146.594)	62.096	149.035	(136.211)	12.824
Despesas operacionais							
Pessoal	18	(2.857)	-	(2.857)	(2.532)	-	(2.532)
Serviços de terceiros		(4.940)	-	(4.940)	(3.225)	-	(3.225)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa		(3.620)	-	(3.620)	(32.423)	-	(32.423)
Depreciação		-	(40.327)	(40.327)	-	-	-
Outros		(1.219)	-	(1.219)	(648)	-	(648)
Total de despesas		(12.636)	(40.327)	(52.963)	(38.828)	-	(38.828)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		196.054	(186.921)	9.133	110.207	(136.211)	(26.004)
Receitas financeiras	19	8.479	(8.129)	350	7.143	(3.957)	3.186
Despesas financeiras	19	(74.941)	70.774	(4.167)	(50.388)	48.527	(1.861)
Total		(66.462)	62.645	(3.817)	(43.245)	44.570	1.325
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		129.592	(124.276)	5.316	66.962	(91.641)	(24.679)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(44.061)	61.566	17.505	(22.767)	47.176	24.409
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.531	(62.710)	22.821	44.195	(44.465)	(270)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

24 Efeitos de contabilização de contratos de concessão - ICPC 01 (R1)

24.1 Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1).

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

24.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

24.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

24.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo financeiro decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

24.5 Receita (despesa) financeira

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de aplicação financeira e despesas financeiras de juros das debêntures decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1).

24.6 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 25.1.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

24.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio líquido societário	1.616.469	1.413.814
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo Financeiro	(2.391.507)	(2.128.979)
Impostos diferidos ativo	60.756	43.320
Imobilizado	2.069.107	1.927.500
Intangível	36.382	35.201
Impostos diferidos passivo	98.054	58.461
Patrimônio líquido regulatório	<u>1.489.261</u>	<u>1.349.317</u>

24.8 Conciliação do resultado líquido do exercício societário e regulatório

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) líquido societário	85.531	44.195
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Receita de operações com transmissão de energia	97.046	14.369
Receita de construção	(126.293)	(586.256)
Remuneração dos ativos de concessão	(208.559)	(138.826)
Receita de operação e manutenção	(35.081)	(11.754)
Custo de construção	126.293	586.256
Depreciação	(40.327)	-
Receitas financeiras	(8.129)	(3.957)
Despesas financeiras	70.774	48.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.566	47.176
Lucro líquido regulatório	<u>22.821</u>	<u>(270)</u>

25 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia apresentou as seguintes operações com partes relacionadas:

a. Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 742 (R\$ 636 em 31 de dezembro de 2015).

b. Operações comerciais

	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2016	31/12/2015
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Fornecedores	Despesas de O&M	771	-
State Grid Brasil Holding -Alugel	Fornecedores	Aluguel	38	-
			809	-
Resultado				
Despesas				
State Grid Brasil Holding -Alugel	Custos administrativos	Aluguel	303	-
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M	23.277	-
			23.580	-

26 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Riscos operacionais.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	118.196	48.686
Títulos e valores mobiliários	48.755	6.991
Contas a receber	17.999	7.385
	184.950	63.062
	184.950	63.062

- **Títulos e valores mobiliários** - Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Contas a receber - Ativo financeiro** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	109.872	47.882

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	109.872	Queda da taxa CDI	15.107	11.328	7.554
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	614.795	Alta da taxa TJLP	46.110	57.668	69.164
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			7,50%	9,38%	11,25%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos 12 meses, considerando TJLP estimado de 7,5%, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.
- Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.
- **Contas a receber - ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2016. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábeis regulatórias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2016	12/04/2017	R\$ 20.000.000,00	100.10.00000615
Garantia de Performance /Fiel Cumprimento Docontrato de Concessão	28/02/2017	28/06/2017	R\$ 90.000.000,00	024612015000107750008718
Risco de Engenharia	01/10/2013	28/02/2018	R\$ 80.000.000,00	519.000139
Riscos Operacionais	18/04/2016	12/02/2017	R\$ 150.000.000,00	984000109
Responsabilidade Civil	28/01/2017	28/01/2018	R\$ 10.000.000,00	1005100017176